



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- ATA N.º 8/2012 -----

-----Aos dezasseis dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram catorze horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

**DOC. 1**

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 15 de abril de 2012, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **2.311.565,56 € (dois milhões, trezentos e onze mil, quinhentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta ata.-----

**1 - ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**1.2 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES**-----

**1.2.1 - CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE CAFETARIA, DENOMINADO “CAFÉ CENTRAL”, SITO NO LARGO RIBEIRO DO AMARAL, EM OLIVEIRA DO HOSPITAL, NO RAMO DE ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS**-----

-----O vereador Mário Alves referiu-se à cessão de exploração do estabelecimento de cafetaria, denominado “Café Central”, sito no Largo Ribeiro do Amaral, em Oliveira do Hospital, no ramo de estabelecimento de restauração e bebidas, salientando que “foi aberto concurso por antecipação, realizou-se o concurso, foram apresentadas reclamações sobre as quais houve decisões, a Câmara Municipal deliberou sobre a sua adjudicação e a autarquia perde, para já, pelo menos dois/três meses de renda”. Questionou assim o Presidente da Câmara sobre quais as razões que levam a que o respetivo contrato de cessão não tenha ainda sido celebrado entre o Município e o adjudicatário. - -

-----O Presidente da Câmara solicitou ao Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças que prestasse os esclarecimentos necessários sobre o assunto, tendo aquele responsável informado que o adjudicatário da cessão de exploração em epígrafe já procedeu à entrega dos documentos exigidos para efeitos de celebração de contrato por escrito, incluindo a prestação de caução para garantia do mesmo nos termos do anexo V do programa de concurso, tendo como data



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

limite para celebração do contrato 30 dias, contados a partir da data da prestação da caução, que terminam no próximo dia 24 de abril do ano em curso. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu no entanto que, aquando da entrega dos documentos, o adjudicatário suscitou algumas questões relacionadas com o edifício, as quais entende não deverem ser equacionadas de momento, por não prejudicarem o normal funcionamento do espaço objeto de cessão. -----

-----O vereador Mário Alves disse entender que “o adjudicatário, encontrando-se nas condições em que se encontra e que são do conhecimento público, não pode fazer exigências ou apresentar quaisquer condições à Câmara Municipal para assinar o contrato. Quando se candidatou ao concurso, sabia, melhor do que ninguém, quais as condições do espaço em causa pelo que não pode utilizar qualquer argumento para não assinar o contrato”. Concluiu referindo que, tendo em conta toda a polémica que já envolveu este assunto, o Sr. Presidente da Câmara deve atuar em conformidade com a lei e tomar as diligências necessárias à celebração daquele contrato. -----

## **2 - ORDEM DO DIA** -----

### **2.1 - LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO MUNICIPAL**-----

#### **2.1.1 - BEIRAREGIS - EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO LDA.** -----

D.A.G.F. /Proc. 47/10

-----Requer a concessão de licença de utilização privativa do domínio municipal com uma área de **20m<sup>2</sup>**, para instalação de uma esplanada fixa de apoio ao estabelecimento de bebidas, de que é proprietária, sito na Rua Conselheiro José Lobo nº 15, em Oliveira do Hospital. -----

-----O vereador Mário Alves disse entender que, face às condições de trânsito pedonal daquele espaço, a Câmara Municipal deve indeferir o pedido por considerar que a mesma não tem qualquer viabilidade. -----

-----O vereador José Carlos Mendes alertou para a falta de parecer emitido pela Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, ao que o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças esclareceu tratar-se de uma prática mas que as Juntas de Freguesia apenas são obrigadas a pronunciarem-se em assuntos relacionados com o licenciamento de publicidade. -----

-----O vereador José Carlos Mendes louvou ainda a coragem do empresário em causa por, em tempo de crise, ter avançado com a abertura de um novo espaço na cidade, admitindo no entanto que a criação de uma esplanada naquele local irá efetivamente afetar a circulação de peões, designadamente de pessoas com mobilidade condicionada, posição que foi corroborada por todos os membros presentes. -----

-----**Analisado o assunto e colocado à votação, a Câmara Municipal no uso da competência que lhe é conferida pelas alíneas u) do nº 1 e a) do nº 5 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, manifestar a intenção de indeferir o pedido, em virtude de a ocupação de espaço público pretendida prejudicar a circulação de peões, disponibilizando-se o município para proceder à marcação de uma faixa amarela de proibição de estacionamento à frente do estabelecimento de modo a facilitar o acesso ao mesmo.**-----

-----**Nos termos do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo mais foi deliberado notificar a interessada para, no prazo de 10 dias úteis a contar da data de notificação, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o assunto, sob pena de indeferimento definitivo do pedido.**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- **2.1.2 - ROGÉRIO FERREIRA PAIVA** -----

D.A.G.F. /Proc. 47/10

-----Requer a concessão de licença de utilização privativa do domínio municipal com uma área de **20m<sup>2</sup>**, para instalação de uma esplanada de apoio ao seu estabelecimento (para usos sazonais e com equipamentos amovíveis), sito na Praceta Liga de Melhoramentos, nº 4 – R/C, freguesia de Ervedal da Beira, concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----A Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho, Mário Alves e do Sr. Presidente da Câmara e a abstenção do vereador Paulo Rocha, adiar a análise e discussão deste assunto para uma próxima reunião a fim de solicitar à Junta de Freguesia de Ervedal da Beira a emissão do respetivo parecer.-----

**A) INSTITUIÇÕES** -----

-----**A-1) ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAGARES DA BEIRA – MANUTENÇÃO DE VIATURAS DE COMBATE A INCÊNDIOS - PEDIDO DE APOIO** -----

D.A.G.F. /Proc. 53/4

-----Por sugestão do vereador Mário Alves, a Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da presente ordem do dia a fim de reunir informação mais detalhada sobre o mesmo, bem como no que se refere à Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, para que possam ser apreciados em conjunto numa próxima reunião. -----

**2.2 - APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2011**-----

D.A.G.F./DOC.2

-----Tendo sido antecipadamente entregue a todos os membros do Executivo a documentação acima referenciada, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, incluindo o Relatório de Gestão do ano de 2011, o Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção fazendo referência aos argumentos base que entendeu serem mais relevantes acerca desta matéria, e que a seguir se transcrevem na íntegra, tendo por base o relatório das contas constante dos documentos acima referenciados: -----

-----“Regista-se o crescimento do montante global realizado das GOP’s face ao ano de 2010, em 2.037.049,83 €, representando 32,37% e que é fruto, não apenas da capacidade de concretização colocada em cada um dos projetos, mas também da obtenção atempada das fontes de financiamento previstas e aprovadas para aqueles projetos que beneficiaram de apoio financeiro externo. -----

-----O objetivo “Comunicações e Transportes” continua a apresentar em valores absolutos um montante muito significativo, de mais de 2,2 milhões de euros, sendo inferior ao registado em 2010 em apenas 570 mil euros, cerca de 20% a menos. Tratou-se, de dar continuidade a investimentos quer objeto de financiamento, quer alguns outros cujo encargo foi assumido totalmente pelo orçamento municipal, como as EM 507 e 507-1 e da ligação a Lajeosa e Lagos da Beira, cuja 1.ª fase foi já concluída. -----

-----Nas receitas a taxa de execução foi de 62,63%, em linha com o percurso dos últimos anos e superior à taxa de execução verificada no ano de 2010 que foi de 61,34%, sendo de maior



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

*relevância o crescimento verificado em 2011 nas transferências de capital que, em todo o caso, não compensou a não receita relativa a empréstimos, que em 2010 havia sido de 2 milhões de euros nem o decréscimo das transferências do Orçamento de Estado por via do Fundo de Equilíbrio Financeiro – Fundo Social Municipal - Participação Fixa no IRS. -----*

*-----Existiu em 2011 um crescimento global da Despesa de 19,74%, que atingiu de forma mais expressiva as despesas de capital e, em particular, a aquisição de bens de capital, que engloba os investimentos, mas que também registou crescimento positivo nas despesas correntes. É de relevar que o maior crescimento absoluto nas despesas correntes se verificou na aquisição de bens e serviços, o que é explicável não só pela subida geral dos preços (combustíveis, IVA da electricidade, etc), mas também de um maior volume de despesa em 2011 na aquisição de água para distribuição domiciliária, que não corresponde a um crescimento real e duradouro, mas apenas à transição para esse ano de faturação relativa ao ano de 2010. É de destacar a redução de mais de 6% nas despesas com pessoal. -----*

*-----As receitas de capital corresponderam a 31,5% da totalidade das receitas, enquanto que as despesas de capital foram de quase 41,08% face à totalidade das despesas, havendo, por isso, uma transferência de quase 10% das receitas para despesas de capital. Esta situação mostra uma realidade que foi possível obter no ano de 2011, em resultado da maior disponibilidade de fundos comunitários destinados ao financiamento dos investimentos em curso, mas não inverte a tendência que se irá acentuar nos próximos anos, em que a larga maioria dos recursos financeiros municipais será destinada a despesas correntes. -----*

*-----Na análise relativa aos últimos 5 anos relativamente à evolução das transferências regulares do Orçamento de Estado para o Município, confirma-se o crescimento nos anos de 2008 e de 2009 de 5% e o início em 2011 do percurso de queda, em consequência da aplicação ao nível nacional das medidas de contenção da despesa pública. -----*

*-----A situação financeira da Autarquia nos anos anteriores a 2008 evidenciava uma diminuição da dívida de médio/longo prazo, ao passo que a dívida de curto prazo sofria uma progressão. A partir de 2008, por efeito da contratação do novo grande empréstimo de 5.000.000 €, verificou-se a tendência de crescimento da dívida de médio/longo prazo, mas também da de curto prazo, que não é mais do que a correspondente ao volume de documentos de despesas em trânsito no final de cada ano para o exercício económico seguinte, em valores perfeitamente controlados e aceitáveis.”-----*

**-----Com conhecimento prévio dos documentos de prestação de contas em análise e após os esclarecimentos prestados, o Presidente da Câmara solicitou aos Senhores Vereadores, que se pronunciassem sobre o assunto. -----**

*-----O Vereador Mário Alves, tomando uso da palavra, começou por referir que “as contas têm a ver com opções políticas e, naturalmente, que aquando da análise do Plano de Atividades e do Orçamento me absteve, por não concordar, precisamente, com essas opções políticas. Agora, é evidente que, muitas das opções vertidas em plano, acabaram por não se concretizar, tal como já previa na altura pois sabia que não havia condições para que fossem realizadas. Prosseguiu fazendo referência a algumas correções textuais, que entendeu serem pertinentes, em alguns dos pontos descritos no Relatório de Gestão, nomeadamente no que se refere a transferências de capital do Estado para a autarquia e ao “encaixe” de Fundos Comunitários resultante da alteração às percentagens de comparticipação financeira para as Câmaras Municipais, as quais foram subscritas pelos restantes membros do executivo. -----*

*-----Ainda no âmbito da análise que efetuou aos documentos em apreço, o vereador Mário Alves verificou que “no âmbito das comparticipações financeiras contratualizadas pela CIMPIN, Oliveira do Hospital tinha direito a cerca de 4,500 milhões de euros”, o aumento de comparticipação*



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

naquelas obras incluídas no pacote contratualizado retirou à Câmara Municipal capacidade de apresentação de novas candidaturas/projetos”. -----

-----O Presidente da Câmara explicou que, face ao memorando subscrito entre o Governo e a ANMP – Associação Nacional de Municípios, que obrigou as Câmaras Municipais a recorrerem à Bolsa de Mérito da CIMPIN, houve municípios que perderam o financiamento que havia sido atribuído às suas obras, situação que acabou por não acontecer com o Município de Oliveira do Hospital, por se ter efetuado, atempadamente, o reajustamento dessas obras em função das verbas a receber. -----

-----O vereador Mário Alves esclareceu que aquilo que pretendia saber era “se dentro da verba que estava adstrita ao concelho de Oliveira do Hospital (cerca de 4.500 milhões de euros), visto terem sido aumentadas as taxas de participação, se essa verba já foi esgotada ou se ainda resta alguma coisa”, ao que o Presidente da Câmara disse ter a ideia de que essa verba fica esgotada. -----

-----Pelo vereador Mário Alves foi ainda referido que “se, porventura, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital não tivesse esgotado aquela verba, poderia, eventualmente, haver alguma capacidade de negociação para o “encaixe” da remodelação do Mercado Municipal e da Estação de Camionagem”. -----

-----O Presidente da Câmara lembrou que houve verbas adstritas a obras realizadas no âmbito do III Quadro Comunitário que foram reaproveitadas pelo Município de Oliveira do Hospital para a execução de obras incluídas no pacote de contratualização da CIMPIN. -----

-----O vereador Mário Alves alertou para a necessidade da Câmara Municipal criar novas fontes de receita, que não afetem muito os contribuintes, mas que possam atenuar a quebra de receitas que já se está a verificar e que se vai acentuar de forma ainda mais profunda. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que o Governo irá obrigar muitas das autarquias a atualizarem os seus tarifários para operações de saneamento financeiro. -----

-----Interveio o vereador Paulo Rocha realçando que, face à nova Lei dos Compromissos, as autarquias só poderão cabimentar/comprometer despesa que tenha efetiva previsão de receita para ser paga. Salientou ainda que “no caso de Oliveira do Hospital isso já vem sendo feito ao longo dos últimos anos pelo que, pressupõe, que não haverá grandes problemas em relação à ação comum”. Considera no entanto que “há questões que não podem ser descuradas”, frisando que “as receitas correntes estão a diminuir, as transferências do Estado também estão a diminuir e não há Fundos Comunitários que possam ajudar a colmatar estas faltas, pelo que tem que haver cuidado redobrado na gestão do município”. -----

-----O vereador José Francisco Rolo disse acreditar que, no que se refere a Fundos Comunitários, os territórios do interior irão continuar a receber níveis de ajuda elevados, tendo em conta as questões relacionadas com a preservação da biodiversidade, valorização das reservas de água, da floresta e do ambiente. Lembrou no entanto que o atual ciclo de fundos comunitários vai terminar já no ano de 2013 sendo que o próximo ciclo de programação só será desenvolvido de 2015 a 2020, ou seja, haverá aqui um hiato de tempo sem recurso a financiamentos comunitários. -----

-----O vereador Paulo Rocha referiu que “a continuar este percurso a estabilidade financeira das autarquias pode ser aniquilada”, sublinhando que “é necessário tomar medidas rapidamente”. -----

-----O vereador Mário Alves disse que “é por essa razão que entende que a Câmara Municipal tem que repensar a política dos subsídios, fazer o ajustamento dos seus tarifários e definir investimentos prioritários”. Salientou que “se a autarquia quer que o concelho se mantenha estável, podendo apostar na área social e ajudando quem efetivamente precisa, não tem outra alternativa que não seja esta”. -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Reportando-se ainda aos documentos em apreço o vereador Mário Alves mais referiu que “a «linguagem» do executivo deve estar em consonância com aquilo que é a sua prática”, realçando a necessidade da Câmara Municipal reorganizar o seu plano de pagamentos a outras entidades. -----

-----O Presidente da Câmara disse acreditar que a atividade autárquica vai ser reduzida a média e longo prazo. -----

**-----Em face do exposto e com conhecimento prévio dos documentos de prestação de contas em análise interveio o Vereador José Carlos Mendes tendo procedido à leitura integral da seguinte declaração, que se transcreve na íntegra: -----**

*-----“Mais uma vez lamentamos a entrega tardia da documentação relacionada com este assunto. Para que as nossas participações tenham o rigor e profundidade exigidas é fundamental que tenhamos acesso à informação atempadamente. Esperamos, de uma vez por todas, que esta situação não se torne a repetir, caso contrário, no futuro desde que não haja uma justificação plausível para a entrega tardia de documentos recusar-nos-emos a discutir e votar esses assuntos incluídos na ordem de trabalhos. -----*

*-----Relativamente aos documentos de prestação de contas de 2011 não questionamos as contas apresentadas pois estamos certos que elas estão bem elaboradas e respeitam o definido no POCAL. No entanto, há um conjunto de observações relativamente a alguns dados nelas apresentados e explicitados no relatório de gestão do exercício económico do ano de 2011 que merecem a nossa especial atenção. Assim: -----*

*-----1 - Já no ano transato mostramos a nossa preocupação pelo elevado absentismo dos funcionários desta autarquia. Não podemos no entanto, deixar de novamente referir esta questão dado que constatamos que o absentismo continua a aumentar apesar da redução do número de funcionários. Esta tendência é preocupante dado que na maior parte dos serviços públicos a tendência tem sido inversa. Lamentamos, pois, que, nos dias de hoje, onde o grau de responsabilidade exigido nas organizações é cada vez maior, o executivo em permanência não tenha implementado políticas de recursos humanos adequadas para que também aqui, a tendência do absentismo se inverta. -----*

*-----2 - No que diz respeito ao valor pago em encargos com horas extraordinárias é de salientar a redução relativamente a 2010. No entanto, nos tempos que correm continua a ser um valor excessivo pelo que se deverá continuar a trabalhar no sentido de reduzir, ao máximo, o referido montante. -----*

*-----3 - Apesar de constataremos uma subida do valor da taxa de execução da despesa de capital, pelo que observamos nos documentos que temos ao nosso dispor o futuro parece ser sombrio. É o próprio relatório de gestão agora em análise que o explicita referindo que o seu crescimento é conjuntural, o mesmo não se perspetivando para o ano de 2012 onde se preveem baixas significativas no financiamento de projetos a candidatar a programas comunitários. -----*

*-----Estamos, pois, apreensivos já que as opções de investimento que se perspetivam por parte do executivo para 2012 e 2013 não vão, na sua maioria, de encontro às opções que o governo vem anunciando publicamente relativamente à aplicação dos fundos comunitários e que na nossa opinião são corretas não só para o país mas também para o concelho já que é fundamental que esses fundos sejam aplicados em projetos reprodutivos. É pois fundamental que o executivo em permanência seja flexível nas suas opções de investimento e apresente projetos capazes de captar os fundos comunitários tão importantes para o nosso concelho. -----*

*-----4 - No objetivo Solidariedade e Ação Social verificamos que o discurso do executivo não bate certo com a sua taxa de execução que é relativamente baixa nomeadamente na assistência a carenciados 15,4 % que seria 2,3% se se mantivesse a dotação inicial. Será isto uma evidência de que o concelho não tem problemas nesta área e como tal encontra-se em contra ciclo? Ou pelo*



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

*contrário o executivo não foi capaz de implementar projetos que minimizassem as dificuldades que também muitos oliveirenses estão a sofrer com a crise que já em 2011 se fazia sentir?* -----

*-----5 - Da análise por nós efetuada verificamos que muito mais poderia e deveria ter sido feito no saneamento que é um serviço de primeira necessidade. É uma área onde existem, na maior parte das freguesias incluindo a de Oliveira do Hospital, situações preocupantes a necessitar de resolução. E que dizer do objetivo Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público onde temos uma taxa de execução de 35,37% área fundamental para o nosso desenvolvimento? Mas mais grave, neste objetivo, é o setor do turismo onde o investimento foi quase zero.* -----

*-----Podemos pois concluir que, nas despesas de capital, o executivo em permanência está a privilegiar fundamentalmente investimento não reprodutivo. Apesar de considerarmos ser também necessário para o bem-estar da população Oliveirense não responde, nos dias de hoje, aos paradigmas que a nova realidade do país e concelho exige.* -----

*-----Relativamente às despesas correntes há que implementar cada vez mais políticas rigorosas de contenção de custos onde o desperdício diminua. Como exemplos referimos a melhoria da eficiência energética, o desperdício de energia na iluminação pública, a seleção cuidada de atividades recreativas e culturais a realizar pelo executivo e uma alteração de critérios para atribuição de subsídios que tenha em conta a realidade nos dias de hoje.* -----

*-----O atrás exposto e a análise efetuada aos documentos de prestação de contas leva-nos a concluir que o Executivo em permanência teve condições para desenvolver um trabalho muito mais ambicioso no ano de 2011 o que permitiria eliminar alguns dos constrangimentos existentes no desenvolvimento do concelho. Assim sendo, vamo-nos abster na votação deste ponto.”* -----

*-----O Presidente da Câmara referiu que a declaração de voto apresentada pelos vereadores eleitos pelo movimento Oliveira do Hospital Sempre – OHS está impregnada de demagogia, sublinhando que “isso percebeu-se rapidamente quando se fala nas opções dos fundos comunitários”. Mais referiu que “não tem sido por falta de empenho do executivo em permanência que o município não foi abrangido com mais verbas no âmbito dos quadros comunitários”. Reconheceu existir um conjunto de obras que são relevantes para o município, lembrando no entanto que quem determina a área de apoio/ em foque dos fundos comunitários não é o Município de Oliveira do Hospital. Teceu ainda algumas considerações no que se refere a faltas registadas e realização de horas extraordinárias por parte dos funcionários da Câmara Municipal.* -----

*-----Tomando uso da palavra, o vereador José Francisco Rolo referiu-se à declaração apresentada pelos vereadores eleitos pelo movimento Oliveira do Hospital Sempre – OHS, salientando que “aquela declaração entrou em clara contradição com tudo aquilo que aqui foi debatido sobre o que será o futuro da estrutura da despesa da capacidade de investimento e os condicionamentos no acesso às receitas, designadamente através de Fundos Comunitários. E portanto, a declaração, nesses termos, perde claramente o sentido, ou seja, tal como foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara, está impregnada de demagogia”. Assim sendo dirigiu-se ao vereador José Carlos Mendes referindo que “no passado pediam-nos para seguir o “Cherne”, agora, o Sr. Vereador José Carlos Mendes recomenda que a Câmara Municipal siga o Governo. Então, nesse seguimento e relativamente ao Turismo, pedia ao senhor vereador José Carlos Mendes o seguinte: estão oito milhões de euros de investimento previstos para o Concelho de Oliveira do Hospital, candidatados por operadores turísticos do concelho, que junto do Governo consiga a aprovação de, pelo menos, metade - «milhões de euros»”. Mais referiu que “da parte que diz respeito à Câmara Municipal, aquilo que se conseguiu para o Turismo, através do PRODOR, o trabalho está feito e com resultados porque os projetos estão aprovados”. Concluiu salientando que “no que se refere à saúde e nomeadamente aos dois Postos Médicos, previstos e aprovados pelo anterior Governo para as freguesias de Ervedal da Beira e Avô, através do QREN, espero que também consiga, junto do*



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Governo, essas aprovações do financiamento, seguindo o tal espírito do Governo que recomenda investimento reprodutivo e útil”. Lembrou que o senhor vereador poderá igualmente intervir junto do Governo apelando também à aprovação do financiamento da Rede das Aldeias do Xisto, que está prometido e aprovado, tendo em vista a rápida implementação dos percursos pedestres no concelho de Oliveira do Hospital, isto também na área do turismo. Quanto à Ação Social referiu que todas as situações indicadas à Câmara Municipal foram atendidas e resolvidas em termos de assistência a problemas de carência prioritária. Lembrou ainda que foi realizado um Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas que das 15 candidaturas que podiam ser aprovadas, 12 foram contempladas, sublinhando que, estas candidaturas, para além do financiamento da Segurança Social vão ser também abrangidas pelas GOP's do Município de Oliveira do Hospital. Realçou ainda o desempenho do Banco de Recursos Sociais de Oliveira do Hospital que, neste momento, apoia cerca de 90 famílias carenciadas, e bem assim o trabalho junto de alunos e das respetivas famílias que tem vindo a ser desenvolvido por duas Psicólogas nos Agrupamentos de Escolas do concelho, sem qualquer custo para o município. Referiu assim que, por todas estas e outras razões, vota favoravelmente a aprovação dos documentos de prestação de contas do ano de 2011, salientando que “felizmente Oliveira do Hospital é um município em contraciclo com o país em termos de investimento, aqui faz-se obra e paga-se”. -----

-----O vereador José Carlos Mendes, dirigindo-se ao vereador José Francisco Rolo louvou o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito da ação social, sublinhando no entanto que “a nossa posição relativamente a essa questão tem a ver com os números apresentados nas contas e tendo em conta as verbas alocadas para essa área, para além do aproveitamento dos programas lançados pela Segurança Social, julgo que a Câmara Municipal poderia ter ido muito mais longe na execução de algumas políticas com o respetivo orçamento”. Esclareceu assim que foi nessa perspetiva que abordaram estas questões. -----

-----**Colocado o assunto à votação, a Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva e do Sr. Presidente da Câmara e as abstenções dos Vereadores José Carlos Mendes, Telma Martinho, Mário Alves e Paulo Rocha, conforme intervenções acima aduzidas e declarações de voto apresentadas, aprovar o Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2011, documentos que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta ata.** -----

-----**Foi igualmente deliberado, submeter os referidos documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação.**-----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR MÁRIO ALVES** -----

-----O vereador Mário Alves declarou abster-se na aprovação dos documentos de prestação de contas do ano de 2011 pelo facto de já se ter absterido aquando da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2011, considerando que as contas em apreço são a repercussão da execução desse plano e orçamento. -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR PAULO ROCHA** -----

-----O vereador Paulo Rocha declarou abster-se na aprovação dos documentos de prestação de contas do ano de 2011, salientando que “como é sabido, não fiz parte da execução do ano de 2011 no executivo em permanência e, à semelhança do vereador Mário Alves, aquando da votação do





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Plano e do Orçamento para 2011, também me absteve na sua aprovação porque concordava com algumas das opções, discordando de outras”.-----

**2.2.1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO ANO DE 2011**-----

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a aprovação da aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano de 2011, no montante de 150.570,62 € (cento e cinquenta mil, quinhentos e setenta euros e sessenta e dois cêntimos), descrita na página 54 do respetivo Relatório de Gestão, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta e submetê-la à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação.-----

**2.3 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----**2.3.1 - LISTAGEM DE PROJETOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----  
D.O.S.M./DOC.3

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 4 e 12 de abril de 2012, conforme listagem, que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta ata.-----

**2.4- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO**-----

-----**2.4.1 - MAPA DOS TRANSPORTES**-----  
D.A.G.F./DOC.4

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 3 e 16 de abril de 2012, conforme mapa que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.

-----**2.4.2 - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAGARES DA BEIRA RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2011 E PLANO DE ATIVIDADES 2012 - EIP**-----  
D.A.G.F./Proc.53/4/DOC.5

-----Através do ofício nº 2012 DIR 080, datado de 4 de abril, remete para conhecimento da Câmara Municipal cópia do Relatório de Atividades do ano de 2011 bem como cópia do Plano de Atividades do ano de 2012 da EIP do Corpo de Bombeiros daquela Associação, documentos que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta ata.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

**3 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES**-----

**3.1 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO**-----

-----**3.1.1 - AÇÃO SOCIAL**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**-----3.1.1.1 - REGULAMENTO PARA A ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A AGREGADOS FAMILIARES DESFAVORECIDOS - FIM DO PERÍODO DE INQUÉRITO PÚBLICO -----**

D.A.G.F. /Proc. 53

-----Considerando que durante o período em que o Projeto de Regulamento acima identificado foi submetido a apreciação pública não foram apresentadas quaisquer sugestões sobre o mesmo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, com as alterações propostas pelo vereador Mário Alves.-----

**3.2 - INTERVENÇÃO DA VEREADORA GRAÇA SILVA -----**

**-----3.2.1 – CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO -----**

D.A.G.F.

-----A vereadora Graça Silva deu conhecimento à Câmara Municipal que a reunião do Conselho Municipal da Educação teve lugar no passado dia 29 de março, dando conta que se tratou de uma sessão extensível aos senhores diretores das escolas dos quatro agrupamentos do concelho, Escola Secundária e EPTOLIVA, a quem foi distribuído um inquérito para que se pronunciassem relativamente ao Projeto Educativo Local e Reorganização da Rede. Explicou ainda que o objetivo do Projeto Educativo Local visa essencialmente proceder à revisão da Carta Educativa e uniformizar um projeto que reveja as linhas orientadoras da área da educação no concelho de Oliveira do Hospital de maneira a que todos os agrupamentos de escolas criem projetos educativos direcionados para o mesmo tipo de preocupação. Esclareceu igualmente que a intenção é criar uma estratégia que permita orientar os jovens em termos profissionais no mercado de trabalho. -----

-----No que se refere à Rede Escolar deu igualmente conhecimento à Câmara Municipal da receção de uma carta da Direção Regional da Educação propondo, com base nos pareceres emitidos pelos Presidentes de Junta de Freguesia e respetivos agrupamentos de escolas, o encerramento das Escolas do 1º CEB de Travanca de Lagos, Vila Franca da Beira e Senhor das Almas. Disse entender que em relação à escola de Travanca de Lagos, de momento, não faz qualquer sentido propor o seu encerramento, uma vez que, no próximo ano letivo, irá ter cerca de 26 alunos. Relativamente às Escolas do 1º CEB de Senhor das Almas e Vila Franca da Beira disse tratar-se de duas decisões que, sua opinião, serão irreversíveis face ao número de alunos inscritos em cada uma delas.-----

-----Interveio o vereador Mário Alves referindo que “face às condições existentes no Agrupamento de Escolas de Lagares da Beira, também não faz qualquer sentido que se defenda a continuidade da Escola do 1º CEB de Travanca de Lagos”. No que se refere à Escola do 1º CEB de Vila Franca da Beira referiu igualmente que a sua existência também não se justifica face à proximidade do Agrupamento de Escolas da Cordinha”. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**3.2.2 – ESTATÍSTICA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL -----**

D.A.G.F./DOC.6

-----Foi presente pela vereadora Graça Silva o mapa estatístico referente à utilização da Biblioteca Municipal durante os meses de fevereiro e março de 2012, para conhecimento do executivo, tendo prestado alguns esclarecimentos adicionais sobre o assunto, nomeadamente no que se refere ao tipo de leitores/utilizadores daquele equipamento, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**3.2.3 – EMPREENDEDORISMO NAS ESCOLAS DA CIMPIN:-----**

**-----3.2.3.1 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONCURSO DE IDEIAS DO  
CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----**

**D.A.G.F/DOC.7**

-----Pela vereadora Graça Silva foi presente a Proposta de Regulamento do Concurso de Ideias do Concelho de Oliveira do Hospital, uma iniciativa conjunta da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte – CIMPIN e do Município de Oliveira do Hospital que tem como objetivo sensibilizar e motivar os jovens para as práticas empreendedoras, promovendo o espírito de iniciativa e dinamismo do concelho, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. --- -----

**----- 3.2.3.2 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONCURSO INTERMUNICIPAL  
DE IDEIAS-----**

**D.A.G.F/DOC.8**

-----Pela vereadora Graça Silva foi presente a Proposta de Regulamento do Concurso Intermunicipal de Ideias, uma iniciativa da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte – CIMPIN com a participação dos 14 municípios integrantes, que tem como objetivo sensibilizar e motivar os jovens para as práticas empreendedoras, promovendo o espírito de iniciativa e dinamismo dos concelhos envolvidos, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.

**3.3 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA -----**

-----O vereador Paulo Rocha não fez qualquer intervenção no âmbito deste ponto da Ordem do Dia. --- -----

**4 – OUTROS ASSUNTOS: -----**

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de novembro, na sua atual redação, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos: -----

**4.1 – MUNICÍPIO DE SEIA – PEDIDO DE PARECER -----**

**D.A.G.F/Proc. 69/4**

-----A requerimento da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Seia solicita a emissão de parecer sobre a realização do Passeio Todo o Terreno, com a denominação “Rotta B.V. Seia”, a levar a efeito no dia 6 de maio do corrente ano, em virtude da mesma abranger a área do Município de Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar parecer favorável. -----

**4.2 – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO – INFORMAÇÃO N.º  
13/2012 – “ASSOCIAÇÕES – LEGALIZAÇÕES” -----**

**D.A.G.F./Proc.53/4/DOC.9**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sobre o assunto em epígrafe e no seguimento da deliberação camarária de 20 de março de 2012, foi presente pelo Presidente da Câmara a Informação Técnica nº 13/2012, datada de 16 de abril, para conhecimento do executivo, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**4.3 – ASSOCIAÇÃO RECREIO E CULTURA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE NOGUEIRINHA – PEDIDO DE APOIO** -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante e com base na informação técnica acima referenciada, atribua à **Associação do Centro de Recreio e Cultura Nossa Senhora do Rosário de Nogueirinha**, um subsídio no montante de **15.000,00 € (quinze mil euros)**, destinado à substituição do telhado do edifício sede daquela associação. -----

-----A Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara e a abstenção do vereador Mário Alves que a justificou pelo facto de a Câmara Municipal já ter concedido apoio financeiro para o mesmo fim, aprovar a presente proposta. -----

-----Em virtude da vereadora Graça Silva ser filha do Presidente da Direção da Associação do Centro de Recreio e Cultura Nossa Senhora do Rosário de Nogueirinha, ausentou-se da sala de reuniões no momento da discussão, apreciação e votação deste assunto. -----

**4.4 – UNIÃO FIALENSE – SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO – PEDIDO DE APOIO** -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante e com base na informação técnica acima referenciada, atribua à **União Fialense – Sociedade de Instrução e Recreio**, um subsídio no montante de **25.000,00 € (vinte e cinco mil euros)**, destinado à realização de obras no recinto de “Festas do Copinho”, propriedade daquela coletividade. -----

-----A Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara e a abstenção do vereador Mário Alves, aprovar a presente proposta, tendo o vereador Mário Alves declarado abster-se na atribuição deste subsídio por considerar o valor excessivo e bem assim por considerar que se trata de um investimento que, na sua opinião, não faz qualquer sentido dado tratar-se de um espaço ao ar livre, com pouca utilização. -----

**4.5 - CONTROLO DE RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES NAS AUTARQUIAS LOCAIS – INFORMAÇÃO** -----

D.A.G.F./DOC.10

----- A Câmara tomou conhecimento da informação prestada pelo Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, sobre o assunto em epígrafe, documento que se anexa e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

que fica a fazer parte integrante desta ata, tendo deliberado analisar o mesmo no ponto seguinte da ordem do dia. -----

**4.6 – AUTORIZAÇÃO PARA PROSSEGUIR COM OS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS RELATIVOS AO MAPA DE PESSOAL DE 2011 – INFORMAÇÃO-----**

**D.A.G.F./DOC.11**

-----Tendo presente a informação prestada pelo Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, sobre o assunto em epígrafe, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, e bem assim o novo quadro legal em matéria de controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais resultante da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012) a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a prorrogação dos seguintes procedimentos concursais para contratação de pessoal e ratificar todos os atos praticados até à data:-----

**-----1 – Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado:**

-----Dois Técnicos Superiores (áreas funcionais de História e Zootecnia);-----

-----Um Assistente Operacional (área funcional de cantoneiro de limpeza);-----

-----Um Assistente Operacional (área funcional de vigilante de parques e jardins);-----

-----Um Assistente Operacional (área funcional de fiel de mercados e feiras);-----

**-----2 – Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Determinado: --**

-----Dois Assistentes Operacionais (área funcional de eletricista).-----

-----Com fundamento na necessária reavaliação de todos os procedimentos concursais legalmente imposta, foi igualmente deliberado proceder à anulação dos seguintes procedimentos concursais para contratação de pessoal:-----

**----- 1 – Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado:**

-----Dois Assistentes Operacionais (área funcional de tratorista).-----

**-----2 – Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Determinado: --**

-----Dois Assistentes Operacionais (área funcional de cantoneiro de vias);-----

-----Dois Assistentes Operacionais (área funcional de jardineiro);-----

-----Três Assistentes Operacionais (área funcional de pedreiro);-----

-----Um Assistente Operacional (área funcional de carpinteiro);-----

-----Um Assistente Operacional (área funcional de serralheiro);-----

-----Um Assistente Operacional (área funcional de eletricista).-----

**4.7 – ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA - EMPREITADA DE SANEAMENTO DO MONDEGO SUPERIOR -----**

**D.A.G.F./Proc.42/19/DOC.12**

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara o ofício com a referência 1251/2012/SC, datado de 10 de abril, remetido pela empresa Águas do Zêzere e Côa, a dar conta de todas as ligações dos pontos de recolha das ETAR's efetuadas no âmbito da empreitada em epígrafe, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

**----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----**

**4.8 - FREGUESIA DE ERVEDAL DA BEIRA -----**

**D.A.G.F./Proc.53/4**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Freguesia de Ervedal da Beira**, um subsídio no montante de **10.000,00 € (dez**





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

mil euros), por conta do subsídio anual a atribuir às freguesias do concelho, como apoio à realização de obras naquela freguesia durante o corrente ano. -----

-----O vereador Mário Alves disse discordar da atribuição deste subsídio, referindo que “com este sistema de financiamento às Juntas de Freguesia está-se a fazer o convite para se gastar dinheiro em “coisas” que não são necessárias ou minimamente prioritárias”. Disse igualmente entender que “aquilo que se está a incentivar é a destruição de património, histórico, ou não, nas freguesias, para permitir que os Srs. Presidentes de Junta façam intervenções desnecessárias”. Salientou que “isto significa que a política dos subsídios que está a ser adotada para as Juntas de Freguesia é um erro de estratégia em termos políticos e que nada tem a ver com aquilo que depois vem plasmado no Relatório de Gestão como “Transferência de Competências”. Referiu ainda que “transferência de competências é transferir serviços, ou seja, dar dinheiro para que as Juntas de Freguesia prestem determinados serviços que hoje são realizados pela autarquia. Aquilo que está a ser feito é simplesmente a transferência de dinheiro para as juntas de freguesia para, em muitas das circunstâncias, ser mal aplicado”.-----

-----O Presidente da Câmara disse discordar do vereador Mário Alves, admitindo no entanto que é um processo que tem vindo a melhorar bastante.-----

-----Nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, e a abstenção do vereador Mário Alves pelas razões acima aduzidas e bem assim pelas razões já por si aduzidas em reuniões anteriores sobre a mesma matéria, aprovar a presente proposta. -----

**4.9 - PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE 1 POSTO DE TRABALHO PARA A CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO, DA CARREIRA DE ASSISTENTE TÉCNICO NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO – PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL**-----

**D.A.G.F./DOC.13**

-----O Presidente da Câmara apresentou à Câmara Municipal a seguinte proposta, que se transcreve na íntegra:-----

-----“Considerando que: -----

-----1- A lista de ordenação final do procedimento em epígrafe, por mim homologada, contém um número de candidatos aprovado superior ao dos postos de trabalho a ocupar, constituindo-se assim, nos termos do nº. 1 do artº. 40º. da Portaria nº. 83-A/2009, de 22 de janeiro, numa reserva de recrutamento interna;-----

-----2- Alice Maria da Silva Saraiva Fonseca, cujo contrato a termo certo com o município terminou no dia 1 de março de 2012, ocupa o segundo lugar naquela lista tendo sido já contratada a primeira classificada;-----

-----3- Há cabimento orçamental, vaga no mapa de pessoal do município, foram cumpridos os deveres de informação e a medida de redução mínima legalmente fixados conforme informação prestada pelo serviços;-----

-----4- O presente recrutamento é de manifesto interesse público, sendo indispensável para assegurar o funcionamento da Divisão de Planeamento e Gestão do Território do município que urge dotar de recursos humanos adequados e bem assim conferir estabilidade ao posto de trabalho a ocupar uma vez que nos encontramos na presença de atividades de natureza permanente e que têm sido asseguradas por uma trabalhadora com contrato por tempo determinado;-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----5- Em virtude do disposto no artigo 93º. conjugado com o artigo 96º. do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a cessação dos contratos de trabalho a termo e a sua não substituição por contrato por tempo indeterminado “impede nova admissão a termo para o mesmo posto de trabalho antes de decorrido um período de tempo equivalente a um terço da duração do contrato”, normativos cuja aplicação implicaria o encerramento de diversos serviços do município e a impossibilidade de garantir serviços mínimos estritamente necessários para o dia a dia das populações;-----

-----6- Considerando finalmente que a entidade empregadora não pode propor uma posição remuneratória superior à primeira de acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2011), mantido em vigor pelo n.º 1 do art.º 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012).----

-----Propõe-se assim, nos termos da informação mencionada no ponto três, anexa, que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal autorização para: -----

-----1- **A CONTRATAÇÃO**, para prestar **TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO**, no mapa de pessoal do município de Oliveira do Hospital, da seguinte candidata pela ordem referida naquela lista:-----

-----**NOME** -----**CATEGORIA** -----

Alice Maria da Silva Saraiva

Assistente técnica (assistente administrativa)

---

a) POSIÇÃO	NÍVEL
1	5

-----a) Da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, no valor atual de € 683,13. -----

-----2- Que o (s) contrato (s) em causa tenha início em 2 de maio de 2012 e dure por tempo indeterminado. -----

-----3- De harmonia com o disposto no art.º 73.º do RCTFP aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 1 de setembro que o júri responsável pelo acompanhamento e avaliação do período experimental seja o mesmo por mim designado como júri do procedimento concursal.”-----

-----Depois de analisada, a Câmara Municipal tendo por base a informação do Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, datada de 16 de abril de 2012, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, deliberou, por unanimidade, submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente ata em minuta. -----

-----A presente ata foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. - -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----CONCLUSÃO DA ATA-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **dezanove horas e trinta minutos**, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 16 de abril de 2012-----

Presidente

\_\_\_\_\_

Vereadores

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE  
16 DE ABRIL DE 2012**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de agosto.**